

CONFERÊNCIA DO CLIMA

Postura dúbia é razão de crítica

Entidades internacionais de defesa do meio ambiente classificam como incoerente a adesão do Brasil à Opep+ e a defesa do discurso preservacionista e de indução às novas matrizes energéticas sustentáveis. Por conta disso, país foi “premiado” com o Fóssil do Dia

» MAYARA SOUTO

Entidades ambientalistas classificaram como contraditória a entrada do Brasil no grupo Opep+ — que é a Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep) ampliada para a inclusão de nações na condição apenas de observadores — com o discurso levado para a Conferência do Clima das Nações Unidas (COP28), em Dubai, de que pretende ser o líder mundial em energia limpa e renovável. Apesar da ironia de algumas críticas, todas elas foram enfáticas em considerar a postura brasileira como, no mínimo, dúbia.

A Climate Action Network International (CAN) zombou do Brasil ao conceder o “prêmio” Fóssil do Dia. A entidade, que

reúne organizações não-governamentais, afirma que o país “parece ter confundido a produção de petróleo com a liderança climática. A corrida do Brasil ao petróleo mina os esforços dos negociadores brasileiros em Dubai que estão tentando romper velhos impasses e agir com senso de urgência”. Segundo a CAN, por conta das COP do ano passado, havia grande expectativa de que o Brasil do governo Lula seria uma “lufada de ar fresco como campeão climático”.

“O Brasil diz uma coisa, mas fez outra na COP28. É inaceitável que o mesmo país que diz defender a meta de limitar o aquecimento global em 1,5° agora esteja anunciando o seu alinhamento ao grupo dos maiores exportadores de petróleo do mundo”, criticou Leandro Ramos, porta-voz



A corrida do Brasil ao petróleo mina os esforços dos negociadores brasileiros em Dubai que estão tentando romper velhos impasses e agir com senso de urgência”

Trecho da nota da Climate Action Network, que concedeu ao país o Fóssil do Dia

do Greenpeace Brasil.

Ele avalia a posição brasileira como “equivocada e perigosa”, que, segundo ele, dificulta a construção de pontes para a COP30 — em Belém, em 2025. “O governo brasileiro precisa se posicionar contra os combustíveis fósseis se quer assumir um papel

de liderança climática mundial. Essa incoerência poderá colocar em xeque sua posição para cobrar metas mais ambiciosas dos países desenvolvidos. E custará caro à política climática brasileira”, salientou Ramos.

A World Wide Fund for Nature Brasil (WWF-Brasil), considerou

positiva a atuação do Brasil na defesa das florestas, dos povos indígenas e na assinatura da declaração sobre sistemas alimentares e agricultura. Porém, também condenou a aproximação com os grandes produtores de petróleo.

“É contraditório o anúncio da entrada do Brasil na Opep+. O movimento reforça o bloco de produtores de petróleo e vai na contramão da urgente e necessária transição energética que o Brasil e o mundo precisam para combater a crise climática”, diz nota da instituição.

Exemplo

Para a WWF Brasil, o governo brasileiro precisa implementar “a liderança pelo exemplo” e transformar os compromissos

em “ações concretas e políticas públicas”, bem como ampliar “espaços de diálogo e de participação com a sociedade civil na construção da COP30”.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva justificou a adesão à Opep+ por considerar um foro adequado para tratar de novas matrizes energéticas “Vou para ouvir e dar palpite. Acho importante participar porque a gente precisa convencer os países que produzem petróleo que eles têm de se preparar para o fim dos combustíveis fósseis. Se preparar significa aproveitar o dinheiro que lucraram com o petróleo e fazer investimentos para que os continentes africano e a América Latina possam produzir os combustíveis renováveis que eles precisam, sobretudo o hidrogênio verde”, argumentou.

Fomento às fontes “suja”

» RAFAELA GONÇALVES

No momento em que o Brasil almeja ser liderança global no combate às mudanças climáticas, o país está prestes a renovar subsídios para combustíveis fósseis. Aprovado na semana passada, na Câmara dos Deputados, o marco legal das eólicas offshore (em alto-mar) incluiu um regime para recontração de térmicas a carvão até 2050.

A pauta, que seguiu para análise no Senado, passou às pressas na véspera da 28ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU), a COP28, realizada em Dubai. A ideia era que o marco fosse apresentado como um cartão de visita das boas práticas brasileiras, mas o texto incluiu pelo menos sete “jabutis” que propõem o aumento de subsídios — conta que sobra para o consumidor pagar (veja na ilustração ao lado uma comparação de quanto recurso público foi destinado às fontes de energia limpa e às de energia fósseis).

Os jabutis são trechos que pegam carona no projeto original, sem relação direta com a matéria, com o objetivo de serem aprovados sem alarde. O texto incorpora mudanças na obrigatoriedade de contratação de energia de termelétricas a gás natural vinculada à privatização da Eletrobras, e determina a compra de energia de reserva gerada a partir do carvão mineral. As térmicas a carvão com contratos que vencem até 2028 terão seus acordos renovados até 2050, com inflexibilidade de 70%.

No relatório, a justificativa que “as termelétricas a carvão mineral têm um papel relevante a desempenhar em termos de segurança do abastecimento de energia elétrica durante o período de transição energética”. Entidades e especialistas do setor elétrico já se manifestaram contrariamente ao subsídio às térmicas.

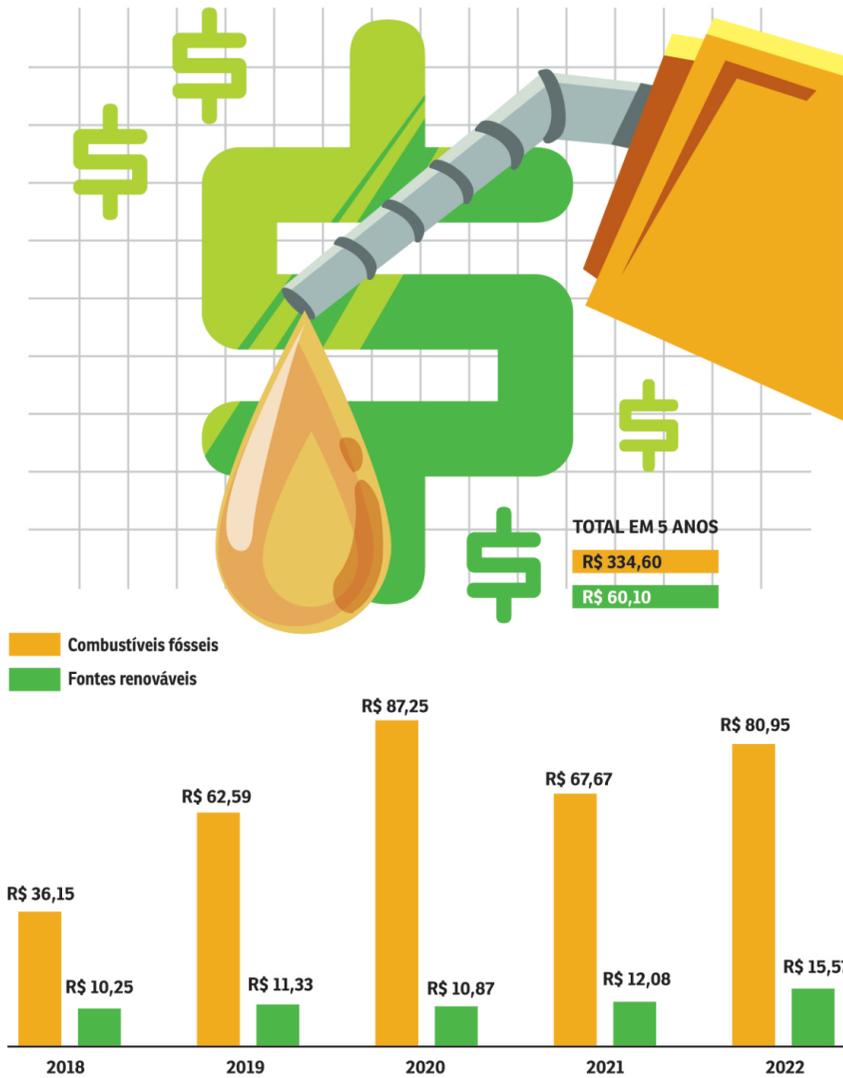
Segundo o presidente da Frente Nacional dos Consumidores de Energia, Luiz Eduardo Barata, “fomos à COP com um time enorme para nos tornarmos protagonistas na pauta sustentável, enquanto o Congresso aprovou um pacote que é uma verdadeira agressão ao meio ambiente. Nós consideramos isso uma piada”, criticou.

De acordo com entidades que representam os consumidores de energia, o projeto poderá ter um impacto de R\$ 28 bilhões a R\$ 40 bilhões para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). O valor será repassado aos consumidores a partir de 2028 e é considerado inflacionário.

O principal jabuti custará cerca de R\$ 16 bilhões e derruba o preço-teto do gás que será comprado para suprir as térmicas em estados que não têm gás canalizado, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste a partir de 2026. A

Incentivos

Subsídios aos combustíveis fósseis são 5 vezes maiores que os incentivos às energias renováveis



■ Nos últimos cinco anos, foram concedidos R\$ 334,6 bilhões em subsídios aos combustíveis fósseis

■ Destes, R\$ 246 bilhões (74%) foram direcionados à produção de óleo e gás. Além disso, foram concedidos R\$ 278 bilhões (83%), em sua grande parte por meio de enúncias fiscais e tributárias

■ No período, foram estimadas em R\$ 33 bilhões somente as renúncias associadas à dedução de importâncias aplicadas às atividades de exploração e de produção de jazidas de petróleo e de gás natural

■ Em 2022, os subsídios ao consumo foram mais expressivos, pois alcançaram R\$ 46,6 bilhões, em função das renúncias associadas à redução do PIS/Cofins e da Cide, utilizadas para conter o preço dos combustíveis internamente

Fonte: Inesc.

construção dessas usinas foi tornada obrigatória no processo de privatização da Eletrobras.

“Essas usinas estão alojadas em regiões onde não tem gás e não tem consumo. Significa que vão gerar mesmo que a gente não precise delas. Ou seja, não é uma iniciativa para o bem do consumidor. É um benefício para o empreendedor de térmica a gás”, frisou.

Projetos

Um levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

■ As energias renováveis, em contrapartida, receberam R\$ 60,1 bilhões em subsídios nos últimos cinco anos. Isso significa que são oferecidos cinco vezes mais subsídios às fontes fósseis do que às fontes renováveis

■ Os subsídios às fontes renováveis estão principalmente relacionados à geração de energia. O maior é o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), que custou aos cofres públicos R\$ 23,83 bilhões em 2022

■ A maior parte deste valor (R\$ 57,9 bi) é destinado à produção

■ Quase 48% destes subsídios à produção de fontes renováveis é financiado pela tarifa da conta de energia elétrica paga pelos consumidores.

deste ano enumerou 56 projetos sobre o setor elétrico apresentados ao Legislativo propondo aumento de subsídios ou de encargos para o consumidor. “Os consumidores não aguentam mais pagar essa conta. Somos um país pobre, com todas as condições de ter uma energia barata e temos uma das mais caras do mundo. Esse custo se dá por conta de encargos e tributos. E o que nós estamos vendo são movimentos para aumentar esses encargos, isso que nos deixa surpresos”, explicou Barata. Entidades da Coalizão Energia

Limpa e do GT Energia e Clima, do Observatório do Clima, assinaram um manifesto contrário ao projeto e afirmaram que vão tentar reverter as distorções no Senado. “Recomendamos, enfaticamente, que o PL 11.247/2018 seja alterado, de forma a corrigir os potenciais impactos aos consumidores, às populações afetadas pelos projetos, ao meio ambiente e à transição energética justa. E que o texto fique restrito apenas ao assunto original — o marco regulatório das usinas eólicas offshore”, observa um trecho do manifesto.

Despoluição industrial pode custar até R\$ 40 bi

» FERNANDA STRICKLAND
 » HENRIQUE FREGONASSE*

A transição do setor industrial brasileiro para uma economia de baixo carbono pode custar, até 2050, R\$ 40 bilhões. Foi o que constatou uma pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O preço da descarbonização é, segundo a entidade, em função dos elevados custos para investimentos no país, o que encarece as novas tecnologias e os processos de produção.

Segundo a pesquisa, o cálculo de R\$ 40 bilhões foi obtido a partir da revisão de estudos e depois de consultas a especialistas de cada segmento. Mas a CNI ressalta que algumas áreas da indústria desconsideraram investimentos indiretos para aumentar a oferta de energia renovável — o que pode fazer com que o número obtido na pesquisa seja maior.

“Com as condições adequadas, a indústria brasileira pode se tornar um ator significativo na economia global de baixo carbono. Para tanto, são necessárias condições econômicas e políticas claras e estáveis para que possamos atrair investimentos e impulsionar inovação em tecnologias”, afirma o presidente da CNI, Ricardo Alban.

Segundo o levantamento da CNI, a maior parte dos setores estudados tem potencial de mitigação de emissões de gases de

efeito estufa nos médio e longo prazos (leia abaixo onde investiriam para diminuir a emissão de poluentes). A aplicação de recursos poderia reduzir 499 milhões de toneladas de CO² até 2050.

Pecuária

E um estudo apresentado domingo, na 28ª Conferência de Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (COP28), pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), afirma que as emissões de gases de efeito estufa atribuídas à pecuária bovina são contabilizadas de maneira errônea e são menores do que se aponta. De autoria do cientista argentino Ernesto Viglizzo, a pesquisa alerta que as publicações que atribuem parte significativa da responsabilidade pelas mudanças climáticas a essa atividade estão erradas, pois atribuem emissões que não lhes correspondem.

Isso ocorre devido à utilização do sistema de estimativa de emissões de gases denominado “Pegada de Carbono” — que inclui, nas emissões da carne bovina, não somente as geradas pela produção pecuária, mas também as resultantes de setores como frigoríficos, transporte e distribuição atacadista ou varejista.

*Estagiário sob a supervisão de Fábio Grecchi

Rumo à descarbonização

Melhorias na eficiência energética e processo de produção com tecnologias mais avançadas contribuem para a descarbonização e alavancam a economia. O estudo mostra algumas iniciativas para cinco setores.

■ ALUMÍNIO

- » Controle de motores e inversores de frequência;
- » Caldeira a gás natural;
- » Otimização do fluxo de ar da combustão;
- » Isolamento em fornos;
- » Recuperação de calor.

■ CIMENTO

- » Queima melhorada usando mineralizadores;
- » Otimização de controle e processos de recuperação de calor;
- » Geração de eletricidade a partir da recuperação de calor;
- » Substituição de moinhos de bola por FPGR ou moinhos horizontais;
- » Ciclones de baixa queda de pressão nos pré-aquecedores.

■ FERRO-GUSA E AÇO

- » Sistema de controle avançado;
- » Drives dos ventiladores;
- » Recuperação de calor das fornalhas;

- » Injeção de carvão pulverizado;
- » Controle da umidade do carvão.

■ INDÚSTRIA QUÍMICA

- » Adoção de biomassa em fornos e caldeiras;
- » Recuperação de calor em caldeiras;
- » Pré-reformador na produção de amônia e metanol;
- » Adoção de gás natural em caldeiras;
- » Eletrocatalise.

■ PAPEL E CELULOSE

- » Caldeira auxiliar com controle de processo, recuperação de vapor e retorno de condensado;
- » Modificações no forno de cal;
- » Caldeira de papel com controle de processo, recuperação de vapor e retorno de condensado;
- » Secadores condbelt;
- » Prensas mais eficientes.

Fonte: CNI